

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Brena da Silva Ferreira (IC)

Linha de Pesquisa: Estado, Conflitos Sociais e Questão Social no Brasil

Período de Coleta: 01 de janeiro de 2024 até 31 de janeiro de 2024

Data da notícia: 03/01/2024

Título: PM de São Paulo matou 34% a mais no primeiro ano do governo
Tarcísio de Freitas

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/03/pm-de-sao-paulo-matou-34-a-mais-no-primeiro-ano-do-governo-tarcisio-de-freitas>

“O número de pessoas mortas pela Polícia Militar do estado de São Paulo aumentou em 34% ao longo de 2023 em relação ao ano anterior, de acordo com um levantamento feito pelo site g1 com base nos números do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público.

Em 2022, até 20 de dezembro, policiais militares em serviço mataram 248 pessoas. No ano passado, no mesmo período, foram 333. Somadas as mortes cometidas por policiais em folga, o número sobe para 434 óbitos em 2023 e 375 em 2022. Isso significa que mais de uma pessoa foi assassinada pela PMSP por dia no estado de São Paulo.

Analistas ouvidos pelo g1 afirmam que o aumento no número das mortes coincide com o desinvestimento no programa "Olho Vivo", que equipou os agentes de segurança com câmeras portáteis que gravam a rotina operacional. No ano passado, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) não comprou novas câmeras, a despeito de ter recursos disponíveis para a aquisição. Em

entrevista ao Bom Dia SP, da TV Globo, Freitas questionou a efetividade dos dispositivos. ‘A gente não descontinuou nenhum contrato. Os contratos permanecem. Mas qual a efetividade das câmeras corporais na segurança do cidadão? Nenhuma’, afirmou Tarcísio nesta terça-feira (2).”

Data da notícia: 03/01/2024

Título: Comunidade Pataxó em Porto Seguro sofre ataque a tiros e tem casas destruídas

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/03/comunidade-pataxo-em-porto-seguro-que-sofre-ataque-a-tiros-e-tem-casas-destruidas>

“Na última sexta-feira (29), a comunidade Pataxó Itacipuera, situada na área rural de Sapirara, no município de Porto Seguro (BA), foi alvo de um ataque a tiros efetuado por seis homens encapuzados que invadiram o território indígena. Além de realizar os disparos, os invasores destruíram casas e queimaram objetos pessoais dos moradores. O ataque ocorreu por volta das 22h, momento em que parte das vítimas dormiam.

‘Atiraram para tudo quanto é lado, tacaram fogo nas coisas da gente e botou todo mundo para correr’, relata Teresinha Neves dos Santos, uma das moradoras da comunidade e titular da escritura da terra que tradicionalmente ocupam. ‘Essa terra é uma herança do meu avô. Eu tenho a escritura com registro de 1956’, conta.

Apesar da escritura, o território indígena, de 131 hectares, foi sobreposto à matrícula da fazenda Itaquena, de propriedade de Moacyr Costa Pereira de Andrade, cônsul honorário – cargo voluntário e não relacionado à carreira diplomática – de Portugal em Porto Seguro. A data da matrícula da fazenda invasora é de 1979, posterior à data da escritura pertencente à família de Teresinha, de 1956. A matrícula informa ainda sobre uma área de 2.944,39 hectares de propriedade do cônsul.

A comunidade Itacipuera é formada por 16 famílias que reivindicam desde 2017 o direito de viver em suas terras. Em 19 de dezembro de 2023, foi executado o pedido de reintegração de posse da área, expedido pela Justiça estadual em Porto Seguro. Após a expulsão, no dia 27 de dezembro, os indígenas retornaram às suas terras, o que resultou no violento ataque empreendido contra a comunidade.”

Data da notícia: 03/01/2024

Título: SP: Articulação para instalar CPI contra padre Julio Lancellotti tem repercussão negativa

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/03/sp-articulacao-para-instalar-cpi-contra-padre-julio-lancellotti-tem-repercussao-negativa>

“Uma onda de apoio ao padre Julio Lancellotti ocupou as redes sociais nesta quarta-feira (3), depois que o vereador Rubinho Nunes (União Brasil) anunciou que articula a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que tem como um dos alvos a liderança religiosa.

Em seu perfil no X/Twitter, o parlamentar associou Lancellotti, que atua há décadas em prol da população em situação de rua em São Paulo, a uma "máfia da miséria" ao comentar a instalação da CPI. Na imagem publicada, uma caricatura do padre carrega um rato nos ombros.

Lancellotti afirmou, em seu perfil no Instagram, que não pertence a nenhuma organização da sociedade civil ou não governamental que possui convênio com a Prefeitura de São Paulo. A atividade da Pastoral de Rua, cujo coordenador é a liderança religiosa, é ‘uma ação pastoral da Arquidiocese de São Paulo, que por sua vez, não se encontra vinculada de nenhuma forma, as atividades que constituem o objetivo do requerimento aprovado para criação da CPI em questão’.”

Data da notícia: 05/01/2024

Título: Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/04/brasil-resgatou-3-1-mil-trabalhadore-s-escravizados-em-2023>

“O Brasil resgatou, em 2023, 3.151 trabalhadores em condições análogas à escravidão. O número é o maior desde 2009, quando 3.765 pessoas foram resgatadas. Apesar dessa alta, o dado mostra como o país regrediu no período recente porque o número de auditores fiscais do trabalho está no menor nível em 30 anos.

Com esses dados, subiu para 63,4 mil o número de trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão desde que foram criados os grupos de fiscalização móvel, em 1995.

O trabalho no campo ainda lidera o número de resgates. A atividade com maior número de trabalhadores libertados foi o cultivo de café (300 pessoas), seguida pelo plantio de cana-de-açúcar (258 pessoas). Entre os estados, Goiás teve o maior número de resgatados (735), seguido por Minas Gerais (643), São Paulo (387) e Rio Grande do Sul (333).

Por trás das estatísticas, restam histórias de abuso nos campos e nas cidades que mostram como o trabalho análogo à escravidão ainda é recorrente no Brasil. Em fábricas improvisadas, em casas de alto padrão, nas plantações, crimes continuam a ser cometidos.”

Data da notícia: 05/01/2024

Título: Vereadores de São Paulo organizam 'CPI da população de rua' contra proposta que mira padre Lancellotti

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/05/vereadores-de-sao-paulo-organiza-m-cpi-da-populacao-de-rua-contraproposta-que-mira-padre-lancellotti>

“A bancada do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo deve apresentar um pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o aumento no número das pessoas em situação de rua na capital paulista.

A proposta também nasce como uma reação ao pedido de instalação de CPI protocolada pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), em 6 de dezembro do ano passado, que tem como um dos alvos o padre Julio Lancellotti. A liderança religiosa atua em prol da população em situação de rua na região há décadas.

A vereadora Silvia Ferraro (PSOL), da Bancada Feminista, informou ao Brasil de Fato que logo após o fim do recesso parlamentar, na primeira semana de fevereiro, a legenda buscará as assinaturas necessárias para protocolar o pedido. No total, é necessário o apoio de 19 dos 55 vereadores.

‘Nós, da Bancada Feminista, estamos articulando uma outra CPI para se contrapor a essa, para investigar por que a população em situação de rua de São Paulo cresceu tanto no último período. O que existe de fato é uma negligência do poder público municipal com população em situação de rua.

Assim que a Câmara voltar do recesso, nós vamos atrás das assinaturas’, afirmou. Um levantamento feito pelo g1, divulgado em setembro do ano passado, mostrou que a capital tem cerca de 53 mil pessoas nesta situação. Em 2019, esse número era de aproximadamente 24 mil.”

Data da notícia: 08/01/2024

Título: Governo cria Dia Nacional de Combate à Tortura; data marca desaparecimento de Amarildo

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/governo-cria-dia-nacional-de-comb-ate-a-tortura-data-marca-desaparecimento-de-amarildo>

“O governo federal instituiu o Dia Nacional de Combate à Tortura, que deverá ser celebrado a partir de agora todo dia 14 de julho. A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (8).

A data marca o dia em que o pedreiro Amarildo Dias de Souza foi sequestrado, torturado e assassinado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, no Rio de Janeiro, em 2013.

De acordo com a denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), o episódio teria contado com a participação de 25 policiais. Oito foram condenados e dezessete foram absolvidos.

Em agosto do ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu um recurso do MP-RJ e aumentou a pena dos oito policiais militares condenados pelos crimes de tortura seguida de morte e ocultação de cadáver de Amarildo.

O colegiado considerou como circunstâncias que autorizam o aumento das penas a repercussão internacional dos crimes e o fato de que o corpo não foi recuperado mais de dez anos após o sumiço do pedreiro. A pena mais alta, entre os oito réus, ficou em 16 anos, três meses e seis dias de reclusão”.

Data da notícia: 10/01/2024

Título: Um mês do assassinato de jovem lésbica no Maranhão motiva atos em todo o país contra o lesbocídio

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/10/um-mes-do-assassinato-de-jovem-lesbica-no-maranhao-motiva-atos-em-todo-o-pais-contr-o-lesbocidio>

“Nesta quarta-feira (10), completa um mês do assassinato de Ana Caroline Sousa Campêlo, no município de Maranhãozinho (MA). Para marcar a data, o

Levante Nacional Contra o Lesbocídio realiza atos em diversos estados do país.

Ana Caroline era uma trabalhadora de 21 anos, lésbica, negra, não-feminilizada, ela foi sequestrada quando saía do trabalho em 10 de dezembro de 2023. Seu corpo foi encontrado com sinais de tortura e mutilações. No último dia 07, outra mulher lésbica foi assassinada no município de Cruz, Ceará. Seu corpo também foi encontrado com marcas de tortura.

Eva Carreira, representante lésbica da Bahia no coletivo MET Bronca, explica que esses casos são computados nos registros oficiais como homicídio ou feminicídio, não sendo possível mensurar a quantidade de casos de lesbocídio no estado, nem no país. Ela destaca que a produção desses dados ainda é uma luta das mulheres lésbicas.

‘Para podermos saber quantas das nossas estão sendo brutalmente tombadas e, de uma forma mais segura, lutarmos para a diminuição do lesbocídio, sabermos a linha que os assassinos usam para cometerem o lesbocídio. Desta forma vamos intensificar os atos para estarmos mais seguras e abarcadas pela segurança pública e o poder judiciário’, explica.”

Data da notícia: 11/01/2024

Título: O que é a 'Craco Resiste', alvo de CPI em São Paulo que mira ONGs e padre Julio Lancellotti

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/11/o-que-e-a-craco-resiste-alvo-de-cpi-em-sao-paulo-que-mira-ongs-e-padre-julio-lancellotti>

“Como de costume em ano de eleições municipais, a região conhecida como Cracolândia, em São Paulo (SP), volta com força ao debate público. Desta vez, por iniciativa do vereador Rubinho Nunes (União), que propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar organizações não governamentais (ONGs) que atuam na região. O foco é, segundo declaração

do próprio parlamentar, o padre Julio Lancellotti, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e o coletivo A Craco Resiste.

Lancellotti, padre da paróquia de São Miguel Arcanjo, na Mooca, integra a Pastoral do Povo de Rua e é bastante conhecido por sua atuação em defesa da população em situação de rua. O Bom Parto é uma entidade católica sem fins lucrativos que, em parceria com a prefeitura de São Paulo, mantém 52 unidades de atendimento para diferentes fins, em especial serviços direcionados a crianças e adolescentes.

Já a Craco Resiste, que não é ONG e nem CNPJ tem, reúne ativistas que atuam no combate à violência policial e em defesa de práticas de redução de danos para as pessoas que frequentam a Cracolândia. Não é a primeira vez que o coletivo é alvo de Rubinho Nunes em ano eleitoral.

A chamada CPI das ONGs ganhou grande repercussão depois de o vereador dizer que, contra a ‘máfia da miséria’, colocaria padre Julio ‘no banco dos réus’. Manifestações em defesa do pároco pipocaram pelas redes, do presidente Lula (PT), passando pela ministra Simone Tebet, pelo cardeal arcebispo de São Paulo dom Odilo Scherer até artistas como Bruno Gagliasso e Daniela Mercury, bem como movimentos populares.”

Data da notícia: 12/01/2024

Título: 'Estamos pedindo socorro': indígena relata omissão de autoridades em aldeia atacada a tiros no Paraná

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/12/estamos-pedindo-socorro-indigena-relata-omissao-de-autoridades-em-aldeia-atacada-a-tiros-no-parana>

“Quatro indígenas Avá-Guaranis da Tekohá Yhovy foram atingidos por disparos de arma de fogo na noite de quarta-feira (10), em Guaíra, no Oeste do Paraná, enquanto faziam rituais religiosos da comunidade. Desses, três foram

encaminhados ao hospital de Toledo e precisam passar por cirurgia – um deles é o líder espiritual (xamoi). Foi o segundo ataque armado em menos de um mês na região onde os indígenas estão realizando a retomada do território.

Segundo o cacique Ilson Soares, a comunidade se dirigia a uma área em comum para realizar o ritual noturno. Nessas horas, os indígenas preparam e fumam seus cachimbos com rezas pela proteção deles e do território.

Como estava escuro, acenderam uma fogueira e sequer notaram a presença de algum não indígena na região. O líder espiritual estava em pé. A esposa de Ilson, que a reportagem irá identificar como V.M., aproximou-se do altar com seu cachimbo e abaixou-se para pegar o yvyra nhã'e mirim, como é chamado uma vasilha de água com casca de cedro. Nesse momento, o rezo foi quebrado com o barulho de disparo de arma de fogo.

‘Logo os atingidos caíram – o líder espiritual e V.M. Um outro, que estava sentado, O.M, foi atingido no rosto, bem perto do olho, e um cachorro também. Em um momento de tensão, alguns tentaram socorrer os feridos, outros tentaram se proteger e outros saíram na busca do atirador, mas acabaram perdendo ele [atirador] de vista’, narra o cacique.”

Data da notícia: 16/01/2024

Título: Sonia Guajajara faz balanço de ações na TI Yanomami e cita 'descaso histórico' como obstáculo para superar crise

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/16/sonia-guajajara-faz-balanco-de-acoes-na-ti-yanomami-e-cita-descaso-historico-como-obstaculo-para-superar-crise>

“A ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara apresentou um balanço sobre a atuação do governo federal no território Yanomami, um ano após o decreto de situação de emergência na região. Ela participou de uma transmissão ao

vivo pelas redes sociais nesta terça-feira (16) com o secretário de Saúde Indígena, Weibe Tapeba.

Além dos resultados já obtidos, a ministra falou sobre as ações para este ano. Ela ressaltou também que o cenário atual ainda não é o ideal para superar a crise humanitária que atinge as comunidades. Segundo Guajajara, as dificuldades logísticas para acesso à região e o caráter histórico do descaso impõem obstáculos.

‘São anos de descaso do poder público. A invasão de garimpeiros no território é uma situação de décadas, que se intensificou muito nos últimos 6 a 4 anos. Havia essa conivência do governo federal para a exploração ilegal e, hoje, há o nosso compromisso de tirar o povo Yanomami dessa situação, de trabalhar em ações articuladas com outros ministérios para retirar os invasores e restabelecer a saúde dos povos que vivem naquele território.’”

Data da notícia: 16/01/2024

Título: Safrista que trabalhou para vinícolas gaúchas será indenizado por trabalho análogo à escravidão

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/16/safrista-que-trabalhou-para-vinicolas-s-gauchas-sera-indenizado-por-trabalho-analogo-a-escravidao>

“Um trabalhador safrista de colheita de uva resgatado no caso envolvendo vinícolas na serra gaúcha em fevereiro 2023 deve ser indenizado por trabalho análogo à escravidão. A decisão do juiz Silvionei do Carmo, da 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, publicada nesta segunda-feira (15), é a primeira sentença em processo individual ajuizado no episódio, segundo informa o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Duas empresas terceirizadas e a vinícola tomadora do serviço, Cooperativa Vinícola Aurora, foram condenadas a indenizar o trabalhador em R\$ 50 mil, por

danos morais. Ele também deverá receber o pagamento de horas extras excedentes a oito horas diárias e/ou 44 semanais, com incidência de adicional e reflexos em outras verbas trabalhistas.

As empresas também terão que pagar as horas faltantes para completar o intervalo entre jornadas previsto no artigo 66 da CLT, com adicional de 50%. O valor de todas essas horas será calculado na fase de liquidação do processo, após o trânsito em julgado sobre o mérito.”

Data da notícia: 17/01/2024

Título: Após ataque que deixou quatro indígenas feridos, Funai vai retomar regularização da TI Guasu Guavira, no Paraná

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/17/apos-ataque-que-deixou-quatro-indigenas-feridos-funai-vai-retomar-regularizacao-da-ti-guasu-guavira-no-parana>

“O Ministério dos Povos Indígenas informou nesta quarta-feira (16) que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) vai dar prosseguimento à regularização da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira, no Paraná.

Mais cedo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspendeu as decisões judiciais que impediam a retomada do processo de demarcação do território.

De acordo com a pasta, o relatório que identificou e delimitou a terra indígena foi publicado pela Funai em 2018, mas foi anulado pelo próprio órgão em 2020, no governo anterior.

‘Em 2023, a Funai reviu a decisão e retomou o processo de demarcação da TI. No entanto, o procedimento é objeto de duas ações judiciais que tramitam na Justiça Federal, no Tribunal Regional da Quarta Região (TRF-4). Com a

decisão do ministro Fachin, a Funai poderá dar prosseguimento à regularização fundiária da TI', informou a pasta.

A decisão de Fachin foi tomada em meio ao aumento dos conflitos violentos na região. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na última quarta-feira (10), indígenas da etnia Avá-Guarani foram alvo de tiros enquanto rezavam. O ataque deixou quatro feridos, que foram levados para um hospital de Toledo, no Paraná.”

Data da notícia: 18/01/2024

Título: Denúncias de violência policial aumentam sete vezes em três anos na Câmara Legislativa do DF

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/18/denuncias-de-violencia-policial-aumentam-sete-vezes-em-tres-anos-na-camara-legislativa-do-df>

“A família de Carlos Gabriel aguarda respostas há mais de 11 meses sobre a abordagem que ceifou a vida do jovem negro, assassinado por policiais civis no Núcleo Bandeirante durante cumprimento de mandado de busca e apreensão. Os disparos aconteceram em 15 de fevereiro de 2023 e atingiram Carlos nas costas e na perna. O jovem havia acabado de completar 18 anos e estava desarmado. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ofereceu denúncia contra o policial acusado de efetuar os tiros, mas o pedido foi negado pela Justiça.

O caso de Carlos Gabriel faz parte das 78 denúncias de violência policial recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) em 2023. O número é quase o dobro de 2022, quando foram registradas 40 denúncias. Há uma tendência de crescimento desse tipo de violação registrada ao longo dos anos. Os relatórios de 2021 e de 2020 apontam, respectivamente, 28 e 11 casos denunciados. Ou seja, em três anos, as denúncias aumentaram sete vezes.

O presidente da Comissão, deputado distrital Fábio Félix (PSOL), destacou duas características da violência policial no DF: a territorialidade e a atuação de grupos especializados, como os grupos táticos da Polícia Militar. “Nesses dois casos, há alvos específicos. Especialmente jovens negros, pessoas em situação de vulnerabilidade”, afirmou ao Brasil de Fato DF.”

Data da notícia: 20/01/2024

Título: Caso da venezuelana Julieta Hernández alerta sobre aumento de casos de feminicídio no Brasil

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/20/caso-da-venezuelana-julieta-hernandez-alerta-sobre-aumento-de-casos-de-feminicidio-no-brasil>

“Há uma semana, bicicletadas em memória à artista circense, ciclovijante e bonequeira Julieta Hernández, de 38 anos, vítima de feminicídio em dezembro do ano passado no município de Presidente Figueiredo, no interior do Amazonas, aconteciam por cidades em todo o Brasil e também no exterior. Além dos pedidos de justiça, os atos denunciaram o machismo estrutural e a violência contra a mulher que segue em números alarmantes pelo território nacional.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que no primeiro semestre de 2023, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, um crescimento de 2,6% comparado com o ano anterior. O levantamento destaca ainda que 34.428 casos de estupro e estupro de vulnerável de meninas e mulheres foram registrados no mesmo período, um aumento de 16,3% em relação a 2022.

O caso de Julieta entra para as estatísticas como símbolo de um país em que o direito de existir plenamente enquanto mulher segue violado.”

Data da notícia: 21/01/2024

Título: Intolerância religiosa aparece em um terço dos casos de racismo no Brasil, mostra pesquisa

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/21/intolerancia-religiosa-aparece-em-um-terco-dos-casos-de-racismo-no-brasil-mostra-pesquisa>

“O Brasil chega a este 21 de janeiro, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, com números alarmantes. Segundo levantamento da startup JusRacial, em 2023 havia 176 mil processos por racismo em tramitação nos tribunais do país, e um terço deles (33%) envolviam intolerância religiosa.

A pesquisa foi feita a partir das páginas oficiais dos tribunais durante todo o ano, contando processos concluídos ou em andamento. No Supremo Tribunal Federal (STF), a proporção de casos de intolerância religiosa entre os processos por racismo é ainda maior: 43%.

Em entrevista ao Central do Brasil, programa do Brasil de Fato em parceria com a Rede TVT, o diretor-executivo da JusRacial, Hédio Silva Júnior, advogado e doutor em direito pela PUC-SP e ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo, afirma que pessoas de diferentes segmentos religiosos ou convicções filosóficas enfrentam preconceitos no Brasil devido às suas crenças. Entre os praticantes de religiões afro-brasileiras, porém, esse índice é muito maior.

‘Os dados refletem, primeiro, esse problema gravíssimo, que não está ainda merecendo a devida atenção por parte das autoridades públicas, que é o problema do discurso de ódio, que nasce no Brasil há cerca de 40 anos com as denominações neopentecostais, com a satanização de todo legado civilizatório africano. Tudo que diz respeito à presença negra no Brasil: o samba, o carnaval, o maracatu, acarajé, é satanizado diariamente, juntamente com a religiosidade de matriz africana, que é muito popular no Brasil’, pontuou.”

Data da notícia: 22/01/2024

Título: Ataque de ruralistas mata indígena da etnia Pataxó Hã-hã-hãe no Sul da Bahia

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/ataque-de-ruralistas-mata-indigena-da-etnia-pataxo-ha-ha-hae-no-sudoeste-da-bahia>

“Um ataque de ruralistas provocou a morte de uma indígena da etnia Pataxó Hã-hã-hãe na região Sul da Bahia, no domingo (21). O crime ocorreu no município de Potiraguá, no território indígena Caramuru-Catarina Paraguassu.

Dois fazendeiros foram presos em flagrante por porte ilegal de arma, suspeitos de matar a tiros a indígena Maria Fátima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó, majé (feminino de pajé) da comunidade.

No ataque, o cacique Nailton Muniz Pataxó também foi baleado, atingido com um bala no rim e submetido a cirurgia. Uma mulher indígena teve o braço quebrado e outras pessoas foram hospitalizadas, mas não correm risco de morte.

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) informou que vai enviar uma comissão, liderada pela ministra Sonia Guajajara, ao local na segunda-feira (22).

Cerca de 200 ruralistas da região se organizaram através de um aplicativo de mensagens, de acordo com nota do MPI. Estes fazendeiros e comerciantes se organizaram para recuperar, sem decisão judicial, a posse da Fazenda Inhuma, retomada por indígenas no último sábado (20).”

Data da notícia: 22/01/2024

Título: Bairros mais ricos e de maioria branca são praticamente imunes à entrada da polícia em domicílio, conclui estudo

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/bairros-mais-ricos-e-de-maioria-branca-sao-praticamente-imunes-a-entrada-da-policia-em-domicilio-conclui-estudo>

“Estudo nomeado ‘Entrada em domicílio em caso de crimes de drogas: geolocalização e análise quantitativa de dados a partir de processos dos tribunais da Justiça estadual brasileira’, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no início deste mês, identificou que bairros mais ricos e com população predominantemente branca são praticamente imunes à entrada da polícia em domicílio para busca de entorpecentes.

O levantamento foi realizado em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Os dados permitiram a análise da geolocalização, ou seja, do local onde as ações policiais ocorreram. Entre os casos com entrada em domicílio, verificou-se que em 56% não houve informação sobre a existência ou inexistência de consentimento para a entrada; em 34% houve alegação de que a entrada foi autorizada; e em 7% dos processos houve versões conflitantes sobre a permissão para entrada. Já a recusa à entrada foi registrada em apenas 3% dos processos.

Ainda, de acordo com a investigação, réus negros (46,2%) representam mais que o dobro dos abordados em relação aos brancos (21,2%). As entradas em domicílio também apresentam diferença: 23,6% constituem processos referentes a réus brancos, enquanto os casos de entrada em domicílios de pessoas negras foi quase o dobro, conforme registro em 44,3% de processos.

Cláudio Galdino, geógrafo, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), chama atenção para o entendimento compartilhado por parte da população de que existe na sociedade brasileira uma “igualdade racial”, principalmente, quando comparado a outras localidades

em que existiram políticas legais segregacionistas, a exemplo dos Estados Unidos.”

Data da notícia: 22/01/2024

Título: Indígenas acusam PM de conivência em assassinato de liderança no sul da Bahia

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/indigenas-acusam-pm-de-conivencia-em-assassinato-de-lideranca-no-sul-da-bahia>

“Indígenas que presenciaram o ataque de ruralistas na tarde deste domingo (21), em Potiguará (BA), afirmam que houve conivência da Polícia Militar (PM). De acordo com lideranças Pataxó Hãhãhãe, a PM estava presente no local do conflito, mas permaneceu distante dos fazendeiros armados e não impediu que fossem feitos os disparos que atingiram Maria de Fátima Muniz Pataxó, a Nega, que faleceu no local, e o cacique Nailton Pataxó, que se encontra internado no Hospital de Itapetinga (BA).

Questionada pelo Brasil de Fato sobre a acusação, a PM afirmou, por meio de nota, que, ao chegarem ao local, encontraram duas pessoas baleadas que foram encaminhadas para atendimento médico.

‘Na tarde de domingo (21), policiais da 8ª CIPM e da Cipe Sudoeste entrevistaram em um confronto entre fazendeiros e indígenas em uma propriedade rural em Itapetinga. No local, os PMs encontraram duas pessoas atingidas por disparos de arma de fogo e que foram conduzidas a uma unidade de saúde. Uma delas não resistiu aos ferimentos. Um homem, atingido no braço por uma flecha, também foi socorrido’, diz a nota.

Lideranças indígenas contestam e afirmam que a PM participou, inclusive, do fechamento de estradas junto com os fazendeiros durante o conflito. Indígenas presentes no local afirmaram ainda que, fingindo realizar uma mediação, a

polícia teria possibilitado a passagem dos fazendeiros até o local onde aconteceram os disparos.”

Data da notícia: 23/01/2024

Título: Cacique denuncia escalada da violência contra indígenas no Paraná após ameaça de policiais: 'Posso matar vocês aqui e ninguém vai saber'

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/cacique-denuncia-escalada-da-violencia-contra-indigenas-no-parana-apos-ameaca-de-policiais-posso-matar-voce-s-aqui-e-ninguem-vai-saber>

“O cacique Izaias Benitter, da aldeia Taturi, localizada no município de Guaíra, no oeste do Paraná, denunciou a ameaça de policiais contra dois indígenas. O caso teria acontecido na quarta-feira (17), quando os dois seguiam em uma motocicleta pelos arredores da aldeia. De acordo com o cacique, os indígenas estavam sem os documentos e tiveram as roupas rasgadas e a moto apreendida. Um dos policiais ainda teria dito: ‘Posso matar vocês aqui e ninguém vai saber’.

O caso é denunciado em meio a graves conflitos que assolam a região desde o fim do ano passado, quando os indígenas começaram um processo de retomada de território.

Eles estão localizados em uma área chamada Guasu Guavirá, que compreende 17 aldeias. Todas elas são formadas por indígenas remanescentes da região que hoje dá espaço para o lago da Itaipu e de onde foram expulsos por meio de remoções forçadas no período da construção da hidrelétrica binacional.

Alguns processos de demarcação já haviam começado, mas foram barrados durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), voltando à estaca zero e acirrando os conflitos com milícias rurais.

Em dezembro do ano passado, um grupo de não indígenas invadiu a retomada indígena e fez ameaças com armas, além de destruir parte das moradias. O mesmo ocorreu em janeiro. O último conflito grave foi no dia 10, quando três indígenas foram atingidos por disparos de arma de fogo e, depois, a ameaça dos policiais narrada por Izaias.”

Data da notícia: 23/01/2024

Título: Defesa de militares que mataram músico com 82 tiros no RJ afirma que outra atitude era 'impossível'

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/defesa-de-militares-que-mataram-musico-com-82-tiros-afirma-que-outra-atitude-era-impossivel>

“Em recurso encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM), ao qual o Brasil de Fato teve acesso, a defesa dos militares do Exército condenados por matar um músico com 82 tiros no Rio de Janeiro (RJ) em 2019 pediu a absolvição e afirmou que seria ‘impossível’ outra atitude no contexto de conflito com traficantes que teria acontecido no dia do assassinato. O julgamento está previsto para o dia 29 de fevereiro.

‘Seria impossível a qualquer pessoa tomar atitude diversa da que tomaram os militares naquele momento de máxima tensão. Já não se tratava da salvaguarda do patrimônio alheio, mas da própria autopreservação’, afirma o recurso. Os militares são representados pelo advogado Rodrigo Roca, que já defendeu o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das rachadinhas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e chegou a ser nomeado Secretário Nacional do Consumidor no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Ao todo, 12 militares foram denunciados pela morte do músico Evaldo Santos Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, alvejados em abril de 2019. Quatro acabaram absolvidos por não terem feito disparos no dia da

abordagem. O tenente que comandava a operação foi condenado a 31 anos e seis meses de prisão. Os demais denunciados foram sentenciados a 28 anos de encarceramento.

O advogado pede agora a absolvição de todos os envolvidos, com o argumento de que viviam um clima de tensão devido a conflitos com traficantes no dia. Também afirmam que os militares confundiram o veículo em que estava o músico com o automóvel utilizado por assaltantes no mesmo dia na região de Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro.

‘O erro plenamente escusável dos apelantes está consubstanciado no intenso confronto vivenciado por eles ao longo do dia – tanto na parte da manhã, quanto no momento do assalto –, na periculosidade do local onde os fatos ocorreram, no concreto risco de morte que sofreram durante o dia pelas ameaças proferidas pelo chefe do tráfico, somados à circunstância em que o veículo idêntico ao do assalto se encontrava’, segue a defesa dos militares.”

Data da notícia: 24/01/2024

Título: IBGE reassume denominação de ‘favelas’ e exclui os ‘aglomerados subnormais’

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/24/ibge-reassume-denominacao-de-favelas-e-exclui-os-aglomerados-subnormais>

“O IBGE decidiu assumir o termo ‘favelas e comunidades urbanas’ para se referir a esses locais em seus estudos e pesquisas. Desde 1991, o instituto usava a denominação ‘aglomerados subnormais’. Segundo o IBGE, a alteração, anunciada nesta terça-feira (23), foi ‘discutida amplamente pelo instituto com movimentos populares, comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais’.

Dessa forma, o IBGE lembra que vai retomar o termo ‘favela’, utilizado desde 1950, junto com ‘comunidades urbanas’, daqui em diante. ‘Não houve alteração no conteúdo dos critérios que estruturam a identificação e o mapeamento dessas áreas e que orientaram a coleta do Censo Demográfico 2022. Trata-se da adoção de um novo nome e da reescrita dos critérios, refletindo uma nova abordagem do instituto sobre o tema.’”

Data da notícia: 26/01/2024

Título: Terreiro Sol do Oriente de Goiás repudia ataque ao povo Pataxó Hã-hã-hãe e pede união das religiões afro-brasileiras em defesa dos povos indígenas

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/26/terreiro-sol-do-oriente-de-goias-repudia-ataque-ao-povo-pataxo-ha-ha-hae-e-pede-uniao-das-religoes-afro-brasileiras-em-defesa-dos-povos-indigenas>

“O terreiro Sol do Oriente, que fica em Águas Lindas de Goiás (GO), repudiou os ataques frequentes contra povos indígenas no Brasil, especialmente o ocorrido no último domingo (21), que resultou na morte da Majé Maria de Fátima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó.

Segundo nota divulgada pelo terreiro liderado pela Yalorixá Mãe Beth de Iansã, posicionar-se frente à situação ‘é necessário’. ‘É de nossa doutrina a compreensão de que os povos indígenas são guardadores da ancestralidade e da natureza, fundamentos essenciais do culto aos orixás e entidades protetoras que se fazem presentes em nossos corpos e terreiros’, afirma.

O crime aconteceu no município de Potiraguá, sudoeste da Bahia. Um grupo de indígenas do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que estavam na posse de parte do território tradicional Caramuru-Catarina Paraguassu, foram atacados por um grupo de supostos fazendeiros e pistoleiros fortemente armados. Além da

morte de Nega Pataxó, outras pessoas, entre elas o cacique Nailton Muniz, ficaram feridas e foram hospitalizadas.”

Data da notícia: 27/01/2024

Título: Chuvas no RJ já causaram danos a mais de 100 mil pessoas em 2024

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/27/chuvas-no-rj-ja-causaram-danos-a-mais-de-100-mil-pessoas-em-2024>

“Desde o começo de 2024, 100 mil pessoas foram afetadas de alguma forma pela chuva no estado do Rio de Janeiro. Desse total, 27 mil estão desalojadas e outras 927 estão desabrigadas. Os dados foram repassados ao portal G1 por 14 das 92 prefeituras no estado. A Baixada Fluminense é a região mais castigada, com duas tempestades na mesma semana.

Os dados de pessoas desalojadas e desabrigadas se referem às seguintes cidades: Barra do Piraí, Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Miguel Pereira, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paty do Alferes, Quatis, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

Segundo informou a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mais de 29 mil refeições e 20 mil itens de primeira necessidade foram distribuídos. A Defesa Civil estadual, por sua vez, disse que segue monitorando as precipitações em todo o estado e atuando para prevenir e minimizar quaisquer danos. Ao todo, neste ano, 12 pessoas morreram por conta dos temporais.”

Data da notícia: 29/01/2024

Título: Chacina de Unai revelou Brasil profundo, diz pesquisador

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/chacina-de-unai-revelou-brasil-profundo-diz-pesquisador>

“Os assassinatos de três auditores-fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, em crime que ficou conhecido como ‘Chacina de Unai’, completou 20 anos neste domingo (28). Foram assassinados os auditores Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e o motorista Ailton Pereira de Oliveira.

O episódio, ocorrido na cidade mineira de Unai em 28 de janeiro de 2004, revelou a dificuldade de coibir o trabalho análogo à escravidão e o Brasil profundo da ação dos privilegiados contra os mais desassistidos. Essa é a avaliação do historiador Gladysson Pereira, pesquisador da Universidade Estadual de Alagoas.

‘O crime revela o Brasil de uma desigualdade profunda e mostra inúmeros aspectos históricos. É óbvio que o processo de abolição foi feito de uma forma que não impactava na vida daqueles que eram os ‘donos do Estado’, afirmou o pesquisador.

A falta de condições adequadas de fiscalizar, mesmo em período democrático, mostra, para o professor, como os privilegiados agem contra os desassistidos. E como esse comportamento mantêm a força mesmo contra servidores públicos federais.

O professor contextualiza que demorou mais de um século, desde a Abolição da Escravatura (1888), para que o Estado brasileiro reconhecesse, em 1994, que havia ‘trabalho escravo’. ‘Quando o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, naquele ano, começa a atuar, mexe numa antiga ferida. Os latifundiários mantiveram os trabalhadores sob condições de vida e de trabalho, semelhantes a escravos, durante muito tempo em larga escala’.”

Data da notícia: 29/01/2024

Título: Brasil tem um assassinato de pessoa trans a cada 3 dias, aponta relatório

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/brasil-tem-um-assassinato-de-pessoa-trans-a-cada-3-dias-aponta-relatorio>

“Aconteceu dentro de casa, por um conhecido. O assassinato de Julia Nicolay Moreira da Silva, técnica de enfermagem, em julho de 2023, infelizmente se somou a um dado que voltou a crescer no Brasil no último ano: ao menos 145 pessoas trans foram mortas no país de acordo com levantamento inédito da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), divulgado nesta segunda, 29 de janeiro. O número leva à média de mais de um assassinato a cada três dias. Em 2022, o total de assassinatos foi de 131, cerca de 10% a menos.

Com 34 anos na época do crime, Silva representa alguns dos perfis mais comuns de vítimas no Brasil, segundo o levantamento da Antra. A maioria são de mulheres transexuais como ela. Quase 80% não chegam a ter 35 anos de idade. E a maior parte dos crimes acontecem com uso excessivo de violência e requintes de crueldade, que foi o caso de técnica de enfermagem.

O crime foi investigado pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense como feminicídio. O suspeito, de 19 anos, foi preso um mês após matar Silva, com a ajuda de um adolescente que na época tinha 17 anos. Na denúncia, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) destacou que ‘o crime foi praticado por motivo fútil, uma vez que o denunciado foi impulsionado pelo ódio nutrido pela vítima em razão desta ser transexual’.”

Data da notícia: 29/01/2024

Título: Juventude 'nem-nem': situação afeta jovens no mundo todo, mas tem índices alarmantes no Brasil

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/jovens-nem-nem-situacao-afeta-jovens-no-mundo-todo-mas-tem-indices-alarmantes-no-brasil>

“A carioca Carolina Cristina de Barros tinha 15 anos quando o teste de gravidez deu positivo. Yan Lucas veio à luz em julho de 2016, levando a jovem a interromper os estudos e enfrentar o duplo desafio de ser mãe precoce e mãe solteira. O pai, seu namorado na época, nunca a ajudou.

Nascida no ano 2000, Carolina enfrenta um dos males do milênio – o limbo dos jovens ‘nem-nem’, que não estudam e nem trabalham. A situação afeta jovens no mundo todo, mas tem índices alarmantes no Brasil, onde encontra agravantes ligados a pobreza, raça e gênero.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,9 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos não estudam e não trabalham, o que representa 22,3% – ou um em cada cinco – desta faixa etária.

A maioria desses jovens são pobres (61,2%) e mulheres (63,4%). Quase metade (43,3%) são mulheres pretas ou pardas. Carolina faz parte das três estatísticas. Ela mora sozinha com o filho em Senador Camará, favela em Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro.

‘Eu vou às ruas, deixo currículo, mas é muito difícil. Porque eu não consegui terminar os estudos e também porque sou preta. Ou seja, primeiro emprego, estudos incompletos, sem experiência... Rejeitam o meu currículo’, resume a jovem, hoje com 23 anos.”

Data da notícia: 29/01/2024

Título: Quais são as organizações que promovem “terapias” de conversão sexual no Brasil

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/quais-sao-as-organizacoes-que-promovem-terapias-de-conversao-sexual-no-brasil>

“Filho e neto de pastores, Betuel, 23 anos, foi coagido a participar de cultos de libertação da Igreja Quadrangular quando contou aos pais que era gay, aos 12 anos. ‘Tentavam expulsar demônios de mim. Eu era coagido a ir aos cultos com frequência e participar de encontros com Deus, onde você precisava ficar três dias em silêncio. Tudo para tentar mudar minha orientação sexual. O que mais dói é a homofobia da própria família’, contou.

Betuel foi expulso de casa aos 20 anos. Pouco tempo depois, fundou o movimento Desvyados, que luta contra a LGBTFobia e o fundamentalismo religioso. Na página do Instagram, com mais de 40 mil seguidores, ele fala dos abusos praticados nas igrejas e nas chamadas terapias de ‘conversão’ sexual. ‘Somos procurados por pessoas LGBTs que passaram por essas terapias. Muitas estão tão machucadas que nem se sentem confortáveis para falar com um psicólogo. Por se identificarem com a minha história, terminam compartilhando depoimentos’, relata.

O fundamentalismo religioso, que atravessou a história de Betuel, é o principal combustível dos grupos e organizações que promovem as chamadas “terapias” de conversão sexual no Brasil. Um relatório do projeto Global Contra o Ódio e o Extremismo (GPAHE, no inglês), ao qual a Agência Pública teve acesso com exclusividade, mostra que essas organizações estão ativas e se articulam em uma grande rede que distribui seus conteúdos na internet, quase sem interferência das plataformas. As práticas de conversão sexual não têm respaldo científico e são proibidas no Brasil por resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

‘O Brasil tem uma rede grande e muito ativa de terapia de conversão em mídias sociais que, segundo nossa estimativa, quase não recebe moderação. Esperamos poder trabalhar com as empresas de redes sociais para remediar parte desta situação, uma vez que o conteúdo é obviamente violador’, diz a cofundadora da GPAHE, Wendy Via, que liderou o estudo. Ela observa que, ao longo da pesquisa, notou uma falta significativa de recursos voltados para apoiar quem procurava ajuda. ‘Por exemplo, ao pesquisar os vários termos relacionados à terapia de conversão, não apareceram resultados confiáveis

para recursos para prevenção de suicídio, falta de moradia, aconselhamento’, diz.”

Data da notícia: 29/01/2024

Título: PF e Funai retiram cerca de 50 invasores de terra indígena em Rondônia

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/pf-e-funai-retiram-cerca-de-50-invasores-de-terra-indigena-em-rondonia>

“A Polícia Federal e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) retiraram, no último sábado (27), cerca de 50 invasores da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no município de Governador Jorge Teixeira, a 320 quilômetros de Porto Velho, capital de Rondônia.

Com apoio da Força Nacional de Segurança Pública, a Operação Tapunhas – referência ao termo indígena ‘tapy’inha’, que significa branco invasor – também destruiu cerca de oito barracões utilizados na área pelos invasores. Uma outra equipe cumpriu dois mandados de busca e apreensão nos municípios de Governador Jorge Teixeira e Theobroma, também em Rondônia.

Uma das lideranças criminosas identificadas pela investigação foi presa em flagrante pelo crime de contrabando de produtos veterinários enquanto os agentes de segurança realizavam as buscas e apreensões.

De acordo com a Polícia Federal, os criminosos responderão por associação criminosa, invasão de terras da União e desmatamento, cujas penas somadas podem chegar a 10 anos de prisão.”

Data da notícia: 30/01/2024

Título: União deve apresentar novo plano contra garimpo no território Yanomami, sob pena de multa de R\$ 1 mi

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/uniao-deve-apresentar-novo-plano-contragarimpo-no-territorio-yanomami-sob-pena-de-multa-de-r-1-mi>

“A Justiça Federal de Roraima determinou que o governo federal apresente um novo planejamento de ações para o combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. A União precisa disponibilizar o cronograma em até 30 dias contados a partir do dia 24 de janeiro, sob pena de uma multa de R\$ 1 milhão.

A decisão se baseou em uma ação promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), que constatou que as medidas implementadas pelo governo federal no ano passado não foram suficientes para acabar com o garimpo ilegal no território indígena. O órgão também informou que a União deixou de cumprir o plano de instalação de uma base para bloquear o acesso de garimpeiros por meio do rio Uraricoera, o principal ponto de entrada no território.

A instalação do bloqueio bem como a retirada dos criminosos foi determinada a partir de ações movidas pelo Ministério Público ainda em 2017 e 2020. ‘Se o Estado brasileiro tivesse cumprido as decisões judiciais proferidas nessas ações, o território Yanomami estaria devidamente protegido e não estaríamos assistindo à tragédia humanitária e ambiental instalada entre as comunidades indígenas’, afirmou o procurador da República, Alisson Marugal.

Cinco anos após as determinações, em março de 2022, a Justiça Federal aplicou uma multa diária de R\$ 10 mil pelo atraso no cumprimento da sentença. Hoje, a multa se soma em cerca de R\$ 2 milhões.”

Data da notícia: 30/01/2024

Título: Curitiba poderá ter política pública para egressos do sistema penal

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/curitiba-podera-ter-politica-publica-para-egressos-do-sistema-penal>

“A vereadora de Curitiba (PR), Giorgia Prates — Mandata Preta (PT), protocolou, no último dia 22, proposta de lei que institui a Política Municipal de Atendimento às Pessoas Egressas e seus Familiares no município. O texto estabelece que o principal objetivo do projeto é a garantia dos direitos fundamentais por meio do acompanhamento das pessoas egressas e seu acesso a políticas públicas da cidade.

Um dos mecanismos sugeridos é a garantia da reserva de 2% das vagas para egressos do sistema penitenciário em licitações promovidas por órgão e entidades municipais que sejam regidas por contratos que demandem mão de obra.

Para a vereadora, embora a Lei de Execuções Penais estabeleça em seu artigo 1º que o Estado deve fornecer as condições para que os egressos sejam reintegrados de forma harmônica à sociedade, muitos fatores contribuem para a reincidência de delitos, entre eles o preconceito.

‘Neste contexto, somando-se ao estigma gerado pelo sistema prisional, as possibilidades de um egresso ou uma egressa ser empregado(a) ou estudar são praticamente nulas, em especial quando se trata das mães solo’, afirma Giorgia no texto de justificativa.

O projeto define pessoa egressa como sendo aquela que, ‘após qualquer período de permanência em estabelecimentos prisionais, mesmo em caráter provisório, necessite de algum atendimento no âmbito das políticas públicas em decorrência de sua institucionalização’. Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 4º estabelece que ‘os serviços municipais devem garantir o acesso universal, sem qualquer tipo de discriminação, às pessoas egressas e seus familiares’.”

Data da notícia: 30/01/2024

Título: Ato na Esplanada lembra 20 anos da Chacina de Unai e pede justiça

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/ato-na-esplanada-lembra-20-anos-da-chacina-de-unai-e-pede-justica>

“O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) realizou um ato público na manhã desta terça-feira (30) para exigir justiça para o crime conhecido como “Chacina de Unai”, ocorrido em 2004. A manifestação reuniu mais de 70 funcionários da auditoria fiscal do trabalho e aconteceu em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego, na Esplanada dos Ministérios.

O ato integra as atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Dentro desta agenda de mobilização, também está prevista a realização de uma reunião nesta quarta-feira (31) do procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, com dirigentes do Sinait, familiares das vítimas e advogados.

Para o presidente do sindicato, Bob Machado, a expectativa para essa reunião com a PGR é de que sejam finalmente cumpridos as prisões dos mandantes, e que a justiça aconteça em nome dos colegas de trabalho e familiares das vítimas.

Machado afirma que o objetivo é reforçar o pedido de justiça ‘às autoridades para que efetivamente localizem os foragidos e também para agradecer ao Ministério Público que ao longo desses 20 anos foi fundamental para que fosse elucidado o caso através do inquérito policial na época da Chacina de Unai, da Polícia Federal’.

O ciclo de atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo também inclui o lançamento do primeiro episódio de A Chacina de Unai – ImpuneMENTE – A história sem fim, um podcast no estilo crime real narrativo.

De acordo com o portal do sindicato, serão cinco episódios divulgados diariamente, ao longo desta semana, nos principais tocadores digitais.”

Data da notícia: 30/01/2024

Título: Curitiba: famílias estão acampadas há quatro meses na frente do aterro da Essencis

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/curitiba-familias-estao-acampadas-ha-quatro-meses-na-frente-do-aterro-da-essencis>

“Na manhã do dia 28 de setembro de 2023, 64 famílias ameaçadas de despejo forçado, na área Tiradentes II, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) ocuparam a entrada do aterro da transnacional Essencis e bloquearam o acesso dos caminhões de lixo do maior aterro sanitário instalado na capital, questionado pelo impacto em região de preservação ambiental (APA) e da represa do Passaúna.

Após desbloquear a estrada, as famílias, o Movimento Popular por Moradia (MPM), a campanha Despejo Zero e organizações apoiadoras, instalaram a chamada Vigília pela Vida, logo ao lado da entrada da empresa.

Neste domingo (28 de janeiro), quatro meses e mais de 120 dias se completaram. De acordo com o movimento, a princípio sem sinal de negociação por parte de empresa e da prefeitura.

‘Vale lembrar ainda que a empresa atua irregularmente sem o devido Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) desde 2010, o que já foi objeto de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Paraná em 2014 e ainda em trâmite’, apontava o MPM, à época da criação da vigília.

No final de 2023, houve pressão e embates entre empresa e famílias em torno da possibilidade de permanecer na área.”

Data da notícia: 31/01/2024

Título: Marco temporal e eleições estão por trás da nova invasão à terra Uru-Eu-Wau-Wau

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da Notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/31/marco-temporal-e-eleicoes-estao-por-tras-da-nova-invasao-a-terra-uru-eu-wau-wau>

“A nova invasão ao território demarcado dos indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, no município de Governador Jorge Teixeira, em Rondônia, ‘é incentivada politicamente para extração ilegal de madeira e especulação imobiliária’, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A aprovação do marco temporal e a proximidade das eleições municipais aumentaram a tensão e investidas dos invasores. No dia 21 de janeiro, os indígenas encontraram, próximo a uma aldeia da região Alto Jamari, barracões montados e 50 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, dentro do território para dividir os lotes de terras, uma prática da grilagem.

Uma ação de retirada dos invasores foi realizada pela Polícia Federal e Força Nacional de Segurança no fim de semana. Uma pessoa, identificada como líder da invasão, foi presa por acusação de crime de contrabando de produtos veterinários durante o cumprimento da diligência. Os invasores, os adultos, irão responder pelos crimes de associação criminosa, invasão de terras da União e desmatamento. As penas somadas podem chegar a 10 anos de prisão.

‘Sabemos que há, além das pessoas que encontramos ali acampadas e invadindo Terra Indígena, um organismo coordenado e patrocinado financeira e politicamente para incentivar essas pessoas nas tentativas de ocupação ilegal de terras públicas’, disse à Amazônia Real o chefe da Divisão Técnica da Coordenação Regional de Ji-Paraná da Funai, Ramires Andrade, que não divulgou nomes dos acusados para não prejudicar as investigações, que estão em segredo de justiça.

‘Estamos monitorando de perto todos esses movimentos e, assim como agimos pronta e imediatamente para desmobilizar esse acampamento, continuaremos a agir para conter quaisquer outras iniciativas de invasores que tenham por objetivo ingressar, permanecer ou explorar ilegalmente o Território Indígena Uru-Eu-Wau-Wau’, completou Andrade.”